

A Arquitetura Moderna Brasileira: experiência e expectativa de modernização do Espírito Santo

Clara Luiza MIRANDA*

*Doutorado PUCSP, 2004. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós Graduação em
Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

Endereço Rua Henrique Martins Rato, n. 18. Bairro de Fátima, Serra, ES
E-mail claravix@hotmail.com

RESUMO

Este artigo trata da modernização cultural agenciada pela atuação de arquitetos no Espírito Santo (1948-1980), recorrendo aos paradigmas teóricos e operativos da Arquitetura Moderna Brasileira. O conceito de modernização é assinalado como tensão e defasagem entre experiência e expectativa. A ligação entre a Arquitetura Moderna Brasileira e a arquitetura produzida no território espírito-santense, principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória, é feita por meio dos conceitos de integração cultural/disciplinar (Bourdieu) e de partilha (Rancière). Para esse fim, acerca-se da formação disciplinar, da interação e da colaboração profissional. A integração disciplinar/profissional é abordada na formação acadêmica dos arquitetos capixabas, que se realiza predominantemente na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Ali, os arquitetos focalizados vivenciaram, pela primeira vez, a defasagem entre expectativa de modernização e realidade de atuação. Esse descompasso se deu entre o ensino conservador e o “vigoroso movimento criador” constatado na produção arquitetônica do grupo carioca. A atuação dos arquitetos capixabas demonstra que a AMB, na versão do grupo carioca, constitui experiências partilháveis. Isso acontece mediante circulação crítica de idéias, interação entre profissionais que situa o arquiteto “moldado” por essa vivência-experiência numa rede de relações e numa “contextualidade de pertença”. Para análise da atuação grupo capixaba de arquitetos modernos são considerados conteúdos de seus relatos, seus escritos e de seus contemporâneos, assim como sua obra arquitetônica.

Palavras-Chave: Arquitetura Moderna Brasileira. Trabalho colaborativo. Modernização. Integração cultural. Espírito Santo

ABSTRACT

This paper deals with the cultural modernization pursued by architects working in the Espírito Santo State in Brazil from 1948 to 1980. The analysis concentrates on the works of a group of architects, especially focusing on that of Élio Vianna and Maria do Carmo Schwab. It takes into consideration both the content of their reports and written documents (as well as their contemporary peers), as referred to their architectural works. The study's yardsticks are the paradigms of Brazilian Modern Architecture (BMA). As such, the concept of modernization is assigned as holding a kind of tension and discrepancy between experience and expectation. The link between the States', in general, and the Great Vitória Region's architecture, in particular, and the Brazilian Modern Architecture is established based on the concepts of cultural/ disciplinary integration (Bourdieu) and partitions (Rancière). In this respect, this article approaches the disciplinary education, the interaction and the professional collaboration. The disciplinary/professional integration is contemplated by taking into account the academic training of the examined architects which takes place predominantly in the National Faculty of Architecture of the University of Brazil, in Rio de Janeiro. During their training, the examined architects had experienced, the discrepancy between the anticipation of modernization and the reality of accomplishment. Such an imbalance is noticed by the conservative teaching and the "vigorous creative movement" present in the architectural production of the *carioca* team. The experiences of the investigated group of architects show that the BMA, in its *carioca*'s version, constitutes a sharing experience. This has been made possible by the critique involved in the circulation and in the sharing of ideas and the interaction amongst professionals. In addition, this has placed the examined group of architects in a network of relations.

Keywords: Brazilian Modern Architecture. Collaborative work. Cultural integration. Modernization. Espírito Santo State

1. INTRODUÇÃO

[...] registram a ânsia, também geral, de ser incluído na modernidade; como disfarçar que alguma coisa estaria prestes a terminar, [...] todas as mortes pertenceriam ao patrimônio comum [...]. (Amylton de Almeida, Blissful Agony).

Na Grande Vitória, região que reúne Municípios do entorno da capital do Espírito Santo (ES), desde o fim Século XIX impera a ânsia de se ser “incluído na modernidade”. Nessa região metropolitana, enfim, prevalece o desejo de ruptura com um passado modesto. De acordo com Reinhart Koselleck (2006, p. 312), experiência e expectativa são “maneiras desiguais de ser, e da tensão que daí resulta pode ser deduzido algo como tempo histórico”. A experiência elabora acontecimentos passados no presente e está saturada de realidade; enquanto, nem sempre “as situações visadas pela expectativa podem desde já ser objeto da experiência”. Experiência e expectativa são vivenciadas como descompasso, distorção e tensão. Essas são vivências intrínsecas à modernização. Walter Benjamin (1985) refere que o desejo de começar do início conduz ao “empobrecimento” da experiência, aspirando a que “disso resulte algo decente”.

A distância entre o conceito de Arquitetura Moderna e a realidade do campo de atuação dos arquitetos modernos no Brasil é matéria de debate entre vários autores que assumem sua “inadequação de origem” em relação ao movimento internacional (COMAS, 1987). Por um lado, isso ocorre devido inadequação da produção nacional relativamente à definição implicada na sociabilidade coletiva com autonomia e justiça social; e à inserção no mundo prático e tecnológico da produção industrial. Por outro lado, a característica ação construtiva do mundo realizada pelos movimentos artísticos modernos inclui, prontamente, os movimentos artísticos de países periféricos.

Historiadores como Manfredo Tafuri (1985) e Kenneth Frampton (1997) apontam que no segundo pós-guerra incidiram a normalização do projeto moderno e a sua sublimação estética. No quadro terminológico de Koselleck, isso significa a contração e/ou neutralização da experiência, com a imposição de expectativas. Estas que por sua vez foram dominadas por ideologias positivistas e cientificistas. Numa leitura Benjaminiana, o progresso petrifica em norma histórica a qualidade do que é novo (BENJAMIN, 1985).

O segundo pós-guerra também foi o período da afirmação internacional da Arquitetura Moderna Brasileira (AMB), que esteve no contraponto da racionalização do tipo (*typisierung*) que prevaleceu ideologicamente na produção da arquitetura internacional nos anos 1950 (PAYNE, 1993). O *typisierung* é decorrente da passagem da manufatura à pré-fabricação aberta. Vittorio Gregotti (1977) considera que essa elaboração funcional do *standard* é utilizada com finalidade manualística.

Nos anos de 1950-60, o movimento Moderno testou seus princípios em realidades diversas. Temas e contextos históricos regionais se chocaram com as noções de uma arquitetura pensada para a realidade tecnológica. A Arquitetura Moderna Brasileira se manteve em pauta nesse período.

2. INTEGRAÇÃO CULTURAL NO CAMPO DA ARQUITETURA

Há críticos que afirmam, com base na sentença de Ernesto Rogers (1954), que se dirige especificamente a trabalhos de Oscar Niemeyer, a “impossibilidade” de se enquadrar a AMB “em qualquer sistema orgânico de projeção” – estilo, escola, ou seja, consideram a sua dificuldade de integração cultural/disciplinar. Um exame em qualquer coletânea sobre a arquitetura brasileira produzida entre os anos 1940 e o fim dos anos 1950, incluindo os arquitetos capixabas, contesta tal hipótese. Ruth Verde Zein (2003, p. 37) corrobora essa posição. Em suas palavras, “[...] a arquitetura moderna sempre se caracterizou por sua intenção ‘exemplar’, pelo didatismo, os grandes mestres pioneiros foram além de arquitetos, professores e divulgadores das novas concepções”.

Para abordar o trabalho dos arquitetos modernos no ES, este artigo trata dos seguintes modos de integração cultural (conceito de BOURDIEU, 1982): a formação acadêmica, a interação entre profissionais e o trabalho colaborativo. Estes formam e difundem um conjunto de experiências partilháveis e situam o arquiteto numa rede de relações, numa “contextualidade de pertença” (CRISPOLDI, 2004, p. 44) que coloca mediações com as quais o arquiteto dialoga direta ou indiretamente, e, eventualmente, as confronta.

Não somente as críticas de Rogers (1954), como a de outros críticos europeus e brasileiros, veiculam teor ideológico (consistente ou não) na disputa de campo contra uma determinada produção considerada “selvagem”, “excêntrica” e arbitrária. A AMB, independente do seu modo operativo, foi confrontada, repetidas vezes. Este artigo toma como exemplo desse confronto a autocrítica do arquiteto Abelardo de Sousa (1951):

Não sabemos ainda precisar o porquê desse progresso em nossa arquitetura, não temos a cultura européia, não temos a indústria americana, não temos a tradição dos povos mais antigos, e, apesar de tudo isso, temos uma arquitetura mais bem orientada no seu melhor sentido [...]. Apesar do que dizem de nós, apesar do que pensamos de nós mesmos, ainda não estamos fazendo arquitetura.

O campo disciplinar da arquitetura no ES está bem aquém desse tipo de expectativa, pois não dispõe de tecnologia industrial, nem de campo cultural e acadêmico constituído, nem de circulação crítica de idéias (via mídia, instituições culturais, grupos e eventos). Algumas dessas premissas do modernismo foram produzidas pelo menos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em meio às realidades discrepantes do Brasil, entre os

anos de 1930 e 1960, a tradicional-rural e a moderna-urbana, o Espírito Santo conformava a faceta rural e atrasada, cuja metrópole representativa era o Rio de Janeiro.

A Arquitetura Moderna foi introduzida no ES mediante atuação de profissionais que, em sua maioria, se formaram no Rio de Janeiro. A difusão significativa dessa arquitetura ocorreu na gestão do governador Jones Santos Neves (1951-1955), que visava à criação de condições de industrialização e modernização do ES. Partidário de Vargas, Jones alinhou-se com o princípio de racionalização da Arquitetura Moderna. O governo Santos Neves se cercou de um *staff* de assessores competentes, dentre eles, os arquitetos Francisco Bolonha, Ary Garcia Roza, Élio de Almeida Vianna e Marcello Vivacqua. Após o governo de Jones, ainda atuaram na Divisão de Obras Públicas do Estado Maria do Carmo Novaes Schwab e Dirceu Carneiro, que integraram o grupo capixaba de arquitetos modernos que operou até os anos 1980-90.

A inexistência de escolas de arquitetura no ES até 1979 resulta numa inevitável transferência, para este Estado, de profissionais formados em outras Unidades Federativas. A Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, que foi a principal irradiadora de profissionais para regiões que desconheciam a Arquitetura Moderna (SEGAWA, 1988), proveu o pequeno grupo de arquitetos que atuou eventualmente ou assiduamente no Estado nos anos 1950. Além do grupo citado anteriormente, registra-se a atuação intermitente de Décio Thevenard, que se formou na Escola de Arquitetura de Belo Horizonte.

A “escola” forja a “integração cultural” que “propicia um corpo comum de categorias de pensamento”, uma “programação homogênea” de percepção, de pensamento e de ação. Este tipo de integração cultural se estabelece como um sistema de ensino, que dá margem aos docentes a consolidação de métodos e de conteúdos mesmo enfrentando pressões para ruptura vindas da cultura extramuros. Articula-se um estável e contumaz sistema de orientação operativa ora consciente, ora inconsciente, o que adverte que o campo cultural se transforma mais por reestruturações sucessivas do que por revoluções radicais, como o disse Pierre Bourdieu (1982, p. 205-07).

Pode-se remeter esse modo de transformação do campo cultural à passagem de Lúcio Costa pela Escola Nacional de Belas Artes – Enba – (1930-31), onde empreendeu uma reforma modernizadora sob forte oposição e posterior retomada da direção por “tradicionalistas”. A reforma do ensino na Enba de 1930-31 perfilhou-se ao movimento Moderno. Esse processo foi interrompido depois que Costa saiu da direção da escola, mas a estrutura da academia ficou abalada. Por algum tempo, os seus fundamentos metodológicos foram mantidos, mas, também, adotaram-se temas típicos da arquitetura contemporânea: conjuntos habitacionais, hospitais, vilas operárias, escolas, além disso, incorporou-se o Urbanismo ao currículo (SEGRE; BARKI, 2009).

Nos anos 1940, a AMB se afirmou tanto no contexto cultural nacional quanto no internacional. “Os acontecimentos, contudo, não corresponderam às expectativas” disse Edgar Graeff (1985, p. 43), que foi colega de turma de Élio Vianna. Segundo Graeff, a

universidade “[...] se constitui sistematicamente um fator de retardamento” desse processo, no tempo em que seu sistema de ensino foi contestado por parte de estudantes e do IAB. Ainda, em suas palavras,

[...] iniciam já em 1944, e com o apoio do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), a campanha pela criação da Faculdade Nacional de Arquitetura, vale dizer a luta pela autonomia do ensino de arquitetura. [...] Prestigiados pelos estudantes e por uns poucos docentes mais esclarecidos e abertos, novos professores, quase sempre jovens ativistas do movimento moderno e das lutas pela autonomia do ensino de Arquitetura, começam a ocupar posições nas diversas escolas do país.

Esse foi o período da passagem dos arquitetos capixabas por essa instituição. Ary Garcia Roza iniciou o curso na Enba no período da reforma do ensino, promovida por Lúcio Costa. Élio Vianna cursou a Faculdade Nacional de Arquitetura entre 1943 e 1947. Marcello Vivacqua se formou em 1952. E Maria do Carmo realizou seus estudos entre 1949 e 1953.

A formação acadêmica desses arquitetos transcorreu no período do desligamento do ensino de arquitetura da Escola de Belas Artes - Enba - para se constituir como Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Desse modo, por um lado, a formação acadêmica do grupo capixaba de arquitetos modernos foi predominantemente tradicional, por outro lado, eles vivenciaram um “amplo e vigoroso movimento criador”, segundo comentário sobre o contexto cultural carioca feito por Graeff (1985, p. 44).

Esta experiência dual entre tradição e modernização pode ser constatada na análise dos escritos de Élio Vianna (1979). O arquiteto não se constrange em situar a arquitetura no processo evolutivo das Belas Artes, como “a mais técnica e a mais complexa” das artes.

Em respeitosa referência ao professor de composição, Felipe dos Santos Reis, situa a negociação com o cliente como uma das etapas do processo criativo e da organização do projeto: saber-ver; saber-dizer; saber-fazer; saber representar; saber julgar. A negociação é o saber do mercado, pois, o cliente pode não possuir “estrutura humanística para compreender e se fazer compreendido”. Élio Vianna (1979) relata:

Em 1947, quando aqui aportei, a arquitetura estava entregue a uns raros desenhistas, que [...] abusavam dos ornatos, já que assim a clientela o exigia. A luta para dotar a cidade de uma construção límpida e racional foi uma luta gigante. Era inovação contra mesmice [...]. Como um dos primeiros arquitetos (modernos), enfrentei árdua luta, para conseguir a liberação das formas e da tradição.

No serviço público [...], na Divisão de Obras Públicas, com uma equipe de engenheiros novos e de consumado valor, demos início à renovação da arquitetura por uma organização de espaços, refletidas no seu exterior por uma expressão autêntica de formas despojadas e de caráter eminentemente funcional.

Eu, Marcello Vivacqua e, logo a seguir, Maria do Carmo Novaes Schwab semeamos em todo Estado, obras isoladas que refletiam por sua simplicidade das formas e rara beleza, uma amostra da perfeita integração edifício/entorno, conteúdo/continente, assente com espontaneidade do ambiente abrangente, sem conflitos, inaparente algumas vezes sem agressão à paisagem como se de há muito ali estivesse e existisse. Nosso grupo cresceu [...].

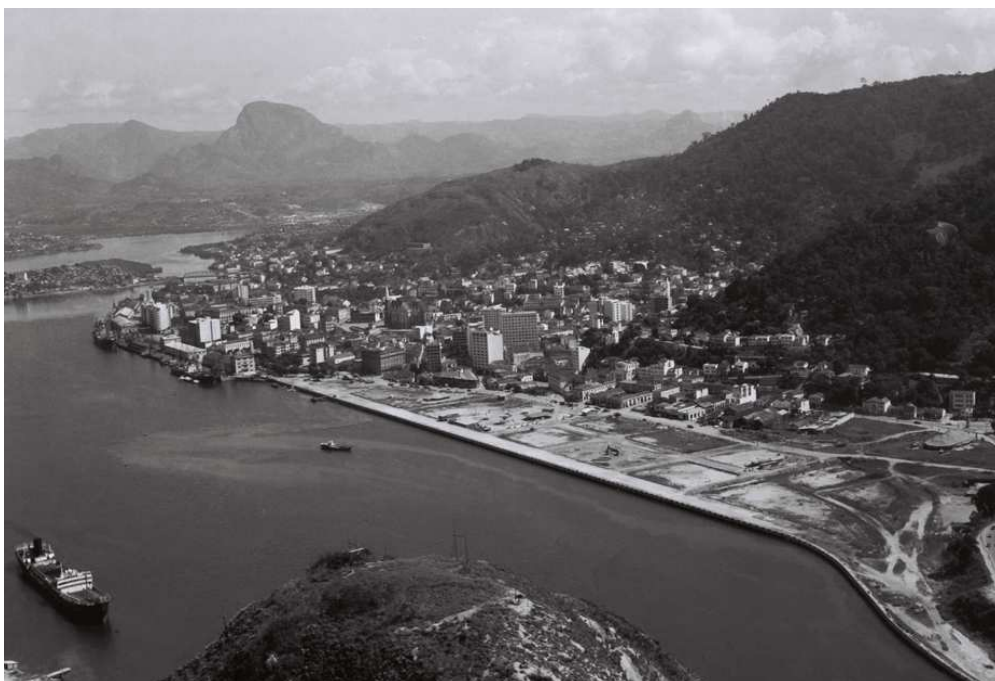


Fig. 1: Vista de Vitória nos anos de 1950 (Foto: Paulo Bonino)

Desse modo, Élio Vianna mostrou coerência com sua experiência progressista e com sua vontade de atuar em prol da modernização cultural regional. Ele foi intransigente acerca da defesa duma “arquitetura social em benefício da coletividade” e ao apresentar argumentos contra seus desafetos: o tradicionalismo e o conservadorismo.

Élio Vianna ocupou-se, nos anos de 1950, da problemática da arquitetura de edifícios educacionais e elaborou várias teses sobre educação. Ele procurava adequar o projeto dos edifícios educacionais aos métodos pedagógicos mais modernos, distanciando-se dos métodos que vigoravam naquele tempo, que materializavam o que Vianna denomina de “escola presídio”. Nessa lida, sua ação cultural se converteu em política social. Tal qual arquitetos da AMB cuja ação cultural se converte em ação cultural estabelecendo a ponte entre “renovação cultural e reforma da sociedade, entre a modernidade e a modernização do país” (MARTINS, 1993).

Vianna criticava a organização das salas de aula tradicionais e propunha salas abertas para atividades múltiplas. Para ele, as escolas primárias, deviam ser somente uma grande cobertura relacionada à natureza e à rua. “A escola deve atender a rua, aos ambientes onde se processam as brincadeiras [da] vida cotidiana, à natureza” (VIANNA, 1953). Nesse novo espaço, os professores dirigiriam atividades diferenciadas e lúdicas, escolhidas livremente pelas crianças. O arquiteto acreditava que esse método instigava o interesse do aluno e, conseqüentemente, seu intelecto. No entanto, registraram-se inúmeras dificuldades na implantação de suas idéias nas escolas projetadas por ele. Deparava-se com a defasagem entre o horizonte de expectativas e a realidade de atuação.



Fig. 2: Élio Vianna. Jardim de Infância Maria Queiróz Lindenberg, Praia do Canto, Vitória, projeto de 1952. (Foto: Acervo do IPES-IJSN)



Fig. 3: Élio Vianna. Colégio Estadual. Forte São João, Vitória, projeto de 1954. (Foto: Acervo do IPES-IJSN)



Fig. 4: Élio Vianna e engenheiro Hélio Cyrino. Sede da Prefeitura Municipal de Vila Velha. Projeto de 1960 (Foto: Cartão Postal cedido por Luis Cola)

As obras de Élio Vianna e de Maria do Carmo Schwab apresentam resultados construtivos distintos, mas verifica-se num e noutra a partilha do paradigma e de certo “espírito” cultural, disciplinar e profissional do chamado grupo carioca de arquitetos. Desse modo, comporta afirmar que aí se configura um *medium* lingüístico (BRANDÃO, s.d.) mediante a conjugação de posturas operativas, ideológicas e éticas.

O paradigma atuou como uma constelação de crenças e valores do campo disciplinar da arquitetura que se destacaram no período de 1950 a 1960, conjugando estes condicionantes contextuais e disciplinares: o estado da arte, da técnica, da abordagem dos programas; as referências teóricas, morfológicas e éticas em relação ao ambiente e à cultura local; os métodos e os recursos projetivo-gráficos; e os modos de interação com outros profissionais: arquitetos, desenhistas, calculistas, especialistas em acústica, técnicos que os auxiliaram na realização de programas arquitetônicos complexos tais como os industriais e os hospitalares (por exemplo).

Os chamados colaboradores externos ou o trabalho colaborativo são inerentes ao modo de produção arquitetural. Os arquitetos relatam, ainda, a interferência, nem sempre oportuna, de clientes e executores das obras no processo criativo e de construção.

Maria do Carmo Schwab (1997), ao retornar a Vitória, após a conclusão do curso de graduação, empreendeu estudos sobre o clima e o ambiente antrópico. Tais conhecimentos seriam as “armas” para o trabalho: “foi a época da chamada ‘Arquitetura Racional’. Vitória aceitava bem a técnica daquele tempo”, segundo Schwab. Sua adesão ao racionalismo trouxe componentes da maneira de Affonso Eduardo Reidy projetar, marcada pelo estudo do sítio, do meio urbano e da paisagem, pelo rigor construtivo, pela atenção ao conforto, pela preocupação com os detalhes e a atenção ao programa (BOLONHA, 1987).

Maria do Carmo estagiou por um período de três anos no Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal, sob coordenação de Affonso Eduardo Reidy, com Ligia Fernandes, Francisco Bolonha, entre outros. Colaborou no desenho do projeto de Pedregulho. Maria do Carmo diz: “Passei uma temporada no meio de gente muito boa”¹. Segundo ela, a arquitetura que ela fez sempre se valeu dos recursos naturais e da possibilidade de climatização artificial. Foi sempre uma constante a integração dos jardins à arquitetura. “Era a presença da ecologia na linha do planejamento” (SCHWAB, 1997).

¹ Entrevista de Maria do Carmo cedida em 2008



Fig. 5: Maria do Carmo Schwab. Clube Libanês, Inserção na paisagem da Praia da Costa, Município de Vila Velha, projeto de 1958 (Foto: acervo da Casa de Memória de Vila Velha, reprodução David Protti)



Fig. 6: Maria do Carmo Schwab. Clube Libanês (Foto: Gretilene Paneto, Agnes Thompson & Paulo Muniz, 2006)



Fig. 7: Maria do Carmo Schwab. Escritório de Campo, “Catetinho”, Campus Universitário da Ufes, 1967. (Foto: Acervo da Biblioteca Central da Ufes)



Fig. 8: Maria do Carrmo Schwab com o engenheiro Jorge Minassa. Residência de Camilo Cola, Cachoeiro de Itapemirim, ES, 1977 (Foto: Acervo de Maria do Carmo)

Pode-se observar nos projetos de Élio Vianna a utilização dos paradigmas da AMB, sem filiá-lo especificamente ao grupo carioca. Fez uso recorrente da estrutura livre, de coberturas em arco, de marcações dos volumes funcionais posicionados estrategicamente em relação às vistas, ao logradouro, ao formato do terreno e à topografia. Contudo, tanto no trabalho de Maria do Carmo quanto no de Élio podem-se reconhecer ‘padrões’ do grupo carioca, todavia, mais próximos aos racionalistas do que aos formalistas. Os vários modos de integração cultural, em destaque, e o trabalho colaborativo, são formas observadas para viabilizar e difundir a Arquitetura Moderna no ES.

Não obstante o “atraso” do Espírito Santo, a Arquitetura Moderna se estabeleceu. Os trabalhos dos arquitetos referidos sucederam como tradução/expressão da linguagem da Arquitetura Moderna Brasileira. Manifestam criação pessoal, contudo, também expressam o caráter local mediante sua conversação com a paisagem, a técnica (engenharia) e a cultura local, numa condição dum comum partilhado (a cultura, a política, a técnica, experiências, expectativas) que abarca a diversidade das interações humanas.

AGRADECIMENTOS

Pelo apoio financeiro a esta pesquisa entre 2008 e 2009, à Fundação de Amparo a Pesquisa do Espírito Santo (Fapes); a Maria de Carmo de Novaes Schwab, a Élio de Almeida Vianna, a sua filha Ligia Vianna, a bolsista de Iniciação Científica Fapes Silvia Spolaor, a Paulo Muniz pela revisão de texto e a José Francisco Bernadino de Freitas pela revisão do abstract.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. Obras Escolhidas, V. I, Magia e técnica, arte e política, São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOLONHA, F. Affonso Eduardo Reidy In. **XAVIER, A. Depoimento de Uma Geração - Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo: Ed. Pini, 1987. p. 343-47

BORDIEU, P. A Economia das trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BRANDÃO, C. A. Linguagem e arquitetura: o problema do conceito. **Revista Interpretar a Arquitetura**. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/conceitorevcaca.html>. (Acesso em: 10 out. 2005).

COMAS, C. E. D. Uma certa Arquitetura Moderna Brasileira: experiência a reconhecer. **Arquitetura Revista**: Rio de Janeiro, ed. 5, 1987. p. 22-8

CRISPOLDI, E. **Como estudar a arte contemporânea**. Lisboa: Estampa, 2004.

FRAMPTON, K. **História crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997

GRAEFF, E. **Arte e técnica na formação do arquiteto**: São Paulo: Studio Nobel: Fundação Vilanova Artigas, 1995

GREGOTTI, V. **O território da arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1977

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006

MARTINS, C. A. F. Estado, Cultura e Natureza na origem da Arquitetura Moderna Brasileira: Le Corbusier e Lúcio Costa (1929-1936). **Caramelo**: FAUUSP: São Paulo, n. 6. p. 129-136, 1993

PAYNE, A. Rudolf Wittkower and architectural principles in the age of Modernism. **Journal of Society of Architectural Historians – JSAH**. Filadélfia. v. 52. p. 416-35. dec. 1993

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2005.

ROGERS, E. Towards a non-formalist criticism. **Casabella**. n. 200, 1954

SCHWAB, M. C. N. **Considerações sobre Arquitetura e Ecologia**. Vitória: Vitória, 1997

SEGAWA, H. (org.). **Arquiteturas no Brasil/anos 80**. São Paulo: Projeto, 1988

_____. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1999.

SEGRE, R; BARKI, J. Niemeyer jovem: o amor à linha reta. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/artigos/roberto-segre-e-jose-barki-niemeyer-jovem-05-01-2009.html> . (Acesso em 14 fev. 2011)

SOUSA, A.. Nossa Arquitetura. **Habitat**. São Paulo. n. 2, 1951

TAFURI, M. **Projeto e utopia, Arquitetura e desenvolvimento do Capitalismo**. Lisboa: Presença. 1985

VIANNA, E. A.. **Do saber do arquiteto**. Texto de palestra ministrada na Ufes. Vitória, 1979

_____. **Da necessidade da formação de uma consciência urbanística no planejamento das cidades tendo por base a humanização do homem pela educação através da socialização da cultura.** Tese apresentada ao Congresso Pan-Americano de Arquitetos 1954.

_____. **A criança e a evolução dos interesses** – esquema de trabalho para o estabelecimento de uma doutrina escolar. [s.l.; s.Editora], 1954.(2)

ZEIN, R. V. **O Lugar da Crítica, Ensaio oportuno de Arquitetura.** São Paulo: Proeditores; Porto Alegre: Ed Ritter dos Reis, 2003.